

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

**Demonstrações contábeis no
período de 31 de março de
2021 (início das atividades) a
31 de dezembro de 2021**

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

Balanços patrimoniais.....	03
Demonstrações do resultado	04
Demonstrações do resultado abrangente	05
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	06
Demonstrações dos fluxos caixa - método indireto	07
Notas explicativas às demonstrações contábeis	08

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>		<u>Notas</u>	<u>2021</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Aplicações financeiras	5	6.149	Fornecedores	8	5.318
Impostos e contribuições a recuperar		14	Impostos e contribuições a recolher		266
Total do ativo circulante		6.163	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		85
			Total do passivo circulante		5.669
Investimentos	7	341.581	Patrimônio líquido	9	
Total do ativo não circulante		341.581	Capital social	9.1	410.100
			Reserva de capital		472
Total do ativo		347.744	Ajuste de avaliação patrimonial	9.2	(9.215)
			Prejuízos acumulados		(59.282)
			Total do patrimônio líquido		342.075
			Total do passivo e patrimônio líquido		347.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Demonstração do resultado

Período de 31 de março (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	10	(9.611)
Resultado da equivalência patrimonial	7	(49.727)
Total de receitas (despesas) operacionais		<u>(59.338)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(59.338)</u>
Receitas financeiras		<u>56</u>
Resultado financeiro		<u>56</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(59.282)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de 31 de março (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(59.282)
Outros resultados abrangentes	
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	<u>(9.215)</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>(9.215)</u>
Total dos resultados abrangentes	<u><u>(68.497)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 31 de março (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de março de 2021		-	-	-	-	-
Aumento de capital	9.1	410.100	-	-	-	410.100
Mudança na participação relativa		-	472	-	-	472
Prejuízo do exercício		-	-	-	(59.282)	(59.282)
Resultado abrangente do exercício						
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	9.2	-	-	(9.215)	-	(9.215)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		410.100	472	(9.215)	(59.282)	342.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Período de 31 de março (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(59.282)
Ajustes para:	
Resultado de equivalência patrimonial	49.727
Rendimentos de aplicações financeiras	(56)
	<u>(9.611)</u>
Variações em:	
Impostos e contribuições a recuperar	(14)
Fornecedores	5.317
Impostos e contribuições a recolher	266
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	85
Caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>(3.957)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(3.957)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aquisição de investimento	(400.050)
Aplicações financeiras	(6.093)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(406.143)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Aumento de capital	410.100
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>410.100</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Participações e Investimentos II S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Participações II”), em conjunto com sua controlada, denominada “Grupo”, é uma *holding*, constituída em 31 de março de 2021, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. A Equatorial Energia S.A é controladora da “Equatorial Participações”.

1.1 Entidade controlada

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Nota	2021
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA	(a)	99,98%

- (a) Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. (“CEA”): sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Amapá, com 142.815 km², atendendo, em 31 de dezembro de 2021, 198.751 consumidores em 16 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).
Em 25 de junho de 2021, a Equatorial Participações e Investimentos II S.A sagrou-se vencedora no processo licitatório na modalidade de leilão (“Leilão”), realizado na forma do Edital nº 01/2021 - Alienação de Ações Ordinárias e Preferenciais da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA (“Edital”).

A Companhia de Eletricidade do Amapá (“CEA”) foi mencionada nas notas explicativas a seguir apenas como “Controlada”.

1.2 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia e sua controlada têm acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia.

Em 1º de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 928/2021 que restabeleceu medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da Covid-19 e revogou as Resoluções Normativas nº 878, nº 886, e nº 891 (revogadas no exercício de 2020). Com essa resolução, ficou novamente vedada a suspensão de fornecimento por inadimplemento para alguns casos, como por exemplo, das unidades consumidoras das subclasses residenciais Baixa Renda e onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica. Essas medidas estariam vigentes até 30 de julho de 2021, porém com a publicação da Resolução Normativa nº 936/2021, realizada em 15 de junho de 2021, foram prorrogadas por mais 90 dias.

Com isso, a Resolução Normativa nº 936/2021, que manteve a proibição de cortes de energia por inadimplência de consumidores residenciais e prestadores de atividades essenciais em função da pandemia, permaneceu vigente até 30 de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, não constam vigentes regulamentos que flexibilizem obrigações por motivo atribuível a pandemia.

A Controlada da Companhia, por ser regulada, tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão. A Companhia e sua controlada apresentam abaixo os principais efeitos financeiros e econômicos da Covid-19:

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- (i) Reavaliação dos gastos gerenciáveis e dos investimentos na distribuição para o ano corrente em função do cenário;
- (ii) Sobrecontração: a Controlada está com um nível de cobertura contratual de 105% que ainda está dentro do limite de repasse para as tarifas; e
- (iii) Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD): Com o agravamento do cenário de pandemia em março de 2021, a ANEEL estabeleceu medida para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica para os beneficiários da tarifa social, baixa renda, através da Resolução nº 928/2021, porém a partir de 1º de outubro de 2021 a suspensão de fornecimento para clientes devedores foi liberada, possibilitando as ações de cobrança da Controlada.

O efeito financeiro e econômico para a controlada da Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. A controlada da Companhia já retornou suas atividades presenciais, mantendo ainda as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela OMS. A controlada da Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

2 Contratos de concessão de distribuição de energia elétrica

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

2.1 Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)

A Companhia de Eletricidade do Amapá passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Até novembro de 2021, a CEA foi gerida pelo Governo do Estado do Amapá (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a CEA e a Equatorial Participações II, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A controlada da Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 10 de junho de 2022.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7 – Equivalência patrimonial em investidas:** Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; e
- **Nota explicativa nº 11 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 11.2 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações contábeis, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 4.8.

4.1 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornou parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realizou uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

4.3.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(c) Reforma na taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a controlada da Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a controlada da Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a controlada da Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

4.3.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Capital social

4.4.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

4.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4.6 Principais mudanças nas políticas contábeis

4.6.1 Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(a) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada, uma vez que não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

(b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

A alteração prevê concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada.

4.7 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

(b) IFRS 17 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Essa norma não se aplica à Companhia.

(c) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

(d) Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

(e) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada.

(f) Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia não espera impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e
- Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020.

5 Aplicações financeiras

	<u>2021</u>
Circulante	
Fundos de investimentos (a)	
Cotas de fundos de investimento	<u>6.149</u>
Total circulante	<u><u>6.149</u></u>

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido), conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, equivale a 102,07% do CDI.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Partes relacionadas

O pessoal-chave da Administração inclui o Presidente e os Diretores. Em 26 de fevereiro de 2021, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações foi estabelecida a não fixação da remuneração anual para o exercício de 2021.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da controlada Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), sem ônus nos contratos de financiamentos.

7 Investimentos

As principais informações sobre investimento na controlada estão conforme a seguir demonstradas:

	Participação	2021
Avaliados por equivalência patrimonial:		
CEA	99,98%	<u>341.581</u>
Total		<u><u>341.581</u></u>

7.1 Movimentação dos investimentos em controlada

Controlada	2020	Aquisição de investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa	2021
CEA	-	<u>400.050</u>	<u>(49.727)</u>	<u>(9.215)</u>	<u>473</u>	<u>341.581</u>
Total	-	<u><u>400.050</u></u>	<u><u>(49.727)</u></u>	<u><u>(9.215)</u></u>	<u><u>473</u></u>	<u><u>341.581</u></u>

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

7.2 Informações da controlada

A Companhia apresenta abaixo a posição de sua controlada individualmente.

Saldos em 2021	Participação societária	Balança patrimonial					Resultado					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
CEA	99,98%	1.454.405	1.729.983	487.084	1.347.307	(1.135.801)	58.931	(25.902)	(24.845)	837	3.316	(46.594)
		<u>1.454.405</u>	<u>1.729.983</u>	<u>487.084</u>	<u>1.347.307</u>	<u>(1.135.801)</u>	<u>58.931</u>	<u>(25.902)</u>	<u>(24.845)</u>	<u>837</u>	<u>3.316</u>	<u>(46.594)</u>

7.3 Conciliação dos investimentos

2021

Controlada	Participação societária	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Amortização do direito de concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	Total dos investimentos
CEA	99,98%	(1.135.801)	(46.594)	(46.585)	(3.142)	(1.135.605)	1.477.186	341.581
		<u>(1.135.801)</u>	<u>(46.594)</u>	<u>(46.585)</u>	<u>(3.142)</u>	<u>(1.135.605)</u>	<u>1.477.186</u>	<u>341.581</u>

(a) O resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 3.142, conforme item 23 letra (a) do ICPC 19; e

(b) Saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA – *Purchase Price Allocation*) na aquisição da controlada CEA.

8 Fornecedores

	2021
Circulante	
Materiais e serviços	5.318
Total	<u>5.318</u>

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

O capital social integralizado e subscrito em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 410.100, sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Total	%
Equatorial Energia	410.100.399	410.100.399	100,00%
Equatorial Serviços	1	1	-
Total	<u>410.100.400</u>	<u>410.100.400</u>	<u>100%</u>

9.2 Ajuste de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial inclui o valor de (R\$ 9.215) refere-se à parcela efetiva da variação líquida do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o seu reconhecimento e que foram protegidos.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

10 Despesas administrativas

	<u>2021</u>
Serviços de terceiros (a)	<u>(9.611)</u>
Total	<u><u>(9.611)</u></u>

(a) Rubrica relacionada a gastos de aquisição da Controlada CEA, como taxas de corretagem.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Instrumentos financeiros

11.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: aplicações financeiras, fornecedores, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando a remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

11.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

(i) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 estão identificados conforme a seguir:

¹ O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direitos.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021	
			Contábil	Mercado
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	6.149	6.149
Total do ativo			6.149	6.149

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021	
			Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.318	5.318
Total do passivo			5.318	5.318

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos em que os vencimentos se limitam a doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI; e

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado.

11.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Controladora da Companhia, Equatorial Energia, tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitoram a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

a) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos
Fornecedores	<u>5.318</u>	<u>5.318</u>	<u>5.318</u>
Total	<u>5.318</u>	<u>5.318</u>	<u>5.318</u>

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo, tempo otimizar o retorno.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A controlada da Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	6.149	6.874	7.055	7.236	6.693	6.512
Impacto no resultado do exercício				181	362	(181)	(362)
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 2021	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		11,79%	4,42%	14,74%	17,69%	8,84%	5,90%

Fonte: B3 e Santander

11.4 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

12 Demonstração dos fluxos de caixa

12.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

As transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de financiamento	
Hedge accounting de fluxo de caixa (a)	9.215
Total atividades de financiamento	9.215
Total	9.215

(a) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Eventos subsequentes

CEA

Liberação de recurso do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Em 07 de fevereiro de 2022, a CEA assinou o contrato de empréstimo em moeda estrangeira, Lei nº 4.131, junto ao Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., no valor de US\$ 47.081, equivalente a R\$250.000, cujo recurso é destinado a capital de giro da Controlada, com proteção de swap de 100% da exposição cambial para a taxa de CDI+1,48% a.a. e, vencimento final em 7 de fevereiro de 2025.

Conta Escassez Hídrica (Medida Provisória nº 1.078/2021 e pelo Decreto nº 10.939/2022)

Em 15 de março de 2022, determinada pela Medida Provisória nº 1.078/2021 e pelo Decreto nº 10.939/2022, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou os critérios e os procedimentos para a operação de crédito visando reduzir os impactos financeiros dos custos referentes ao período de escassez hídrica de 2021.

Os recursos aprovados totalizam R\$ 5,3 bilhões para todo o Brasil e serão repassados às distribuidoras conforme os quantitativos a serem solicitados pelos agentes e aprovados pela ANEEL.

As distribuidoras possuem 10 dias, após a publicação da resolução normativa, para declarar os montantes de recursos que pretendem captar, limitados ao teto estabelecido pela ANEEL. O pagamento do empréstimo por parte dos consumidores ocorrerá por meio do encargo mensal “CDE – Escassez Hídrica”, o qual será inserido no cálculo das tarifas de energia elétrica a partir dos processos tarifários de 2023.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) mediará as transações, sendo a responsável pela contratação das operações de crédito e pela gestão da Conta Escassez Hídrica.

Plano de demissão voluntária (PDV)

Em 31 de março de 2022, foi aprovada pela diretoria da CEA a constituição de provisão, no montante de R\$17.415, retratando a melhor estimativa no período, referente à cobertura dos custos com o PDV da CEA, que incluem benefícios de rescisão para empregados com base em um plano detalhado acordado entre a Administração e seus empregados. O PDV foi comunicado aos colaboradores da CEA às 12 horas do dia 23 de março de 2022, com objetivo de reestruturar e adequar o quadro de pessoal as necessidades e realidade da Controlada pós-desestatização. Adicionalmente, 165 empregados aderiram ao PDV até o encerramento das inscrições no dia 06 de abril de 2022.

A adesão poderia ser feita por qualquer empregado com contrato ativo e sem estabilidade legal da CEA. O incentivo financeiro a ser pago aos empregados que aderiram ao PDV correspondia a 15% (quinze por cento) do salário base, por cada ano completo de serviço, limitado a 03 (três) salários base. A modalidade da rescisão é sem justa causa, incluindo: aviso prévio indenizado, caso não seja cumprido na modalidade trabalhado; férias vencidas e proporcionais; 1/3 de férias; 13º salário proporcional; multa rescisória de 40% do FGTS; auxílio saúde, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT); e saldo de salário, e excluindo demais verbas, gratificações, premiações, adicionais legais e normativos, inclusive, mas não se limitando: adicional de periculosidade; adicional de insalubridade; anuênios; gratificação de função de confiança; e/ou qualquer outro valor pago em pecúnia.

* * *

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor-presidente

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA